

## Comissões têm pauta extensa nesta semana

As comissões do Senado estão com pauta cheia nesta semana. A CAE reúne-se hoje, a partir das 10h, para examinar 10 projetos, entre os quais o que dispõe sobre prestação de informações e execução da política monetária pelo Banco Central. Amanhã, reúne-se a CCJ, a CPI destinada a investigar o trabalho de crianças e adolescentes e a Comissão de Assuntos Sociais. Já a comissão especial que examina o projeto de Código de Trânsito deve votar na quinta-feira o seu relatório final.

Página 2

## Valmir exige solução para caso dos idosos

Página 3

# Lauro Campos quer terra abandonada para reforma

*Imóveis não reivindicados por herdeiros ou por estrangeiros no prazo de dois anos passariam ao domínio dos estados e do DF*

Projeto apresentado pelo senador Lauro Campos (PT-DF) altera o Código Civil, reduzindo de três para dois anos o prazo para que um imóvel rural seja considerado abandonado e passe ao domínio dos estados e do Distrito Federal. "Essa é uma grande fonte de terras para uso em reforma agrária, mas até agora parece que o governo não se interessou por ela", afirmou ontem em plenário o senador.

Lauro Campos lembrou que "até o general-presidente João Figueiredo se preocupou em passar as terras abandonadas para o Estado e foi responsável, em 1981,



Lauro Campos

por uma lei que reduziu de 10 para três anos o prazo para que uma área seja considerada abandonada". Agora, o senador quer reduzir esse tempo para dois anos. "Há muita terra abandonada neste país. São estrangeiros que compraram fazendas e

aqui nunca vieram. Há muitos casos em que o proprietário não deixa herdeiros", informou.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) ponderou que "há uma grande oferta de terras no País e não é a sua falta que embaraça a reforma agrária. É a falta de uma política agrícola consistente, para que pequenos proprietários possam viver de sua terra". Geraldo Melo alertou que uma reforma agrária baseada apenas na distribuição de terras poderá aumentar o número de pequenos proprietários, "os quais não conseguem sustentar suas famílias com o fruto de suas glebas".

O Senado deve votar hoje, em turno suplementar, o substitutivo do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) ao projeto de lei da Câmara que aumenta de cinco para 13 o número de representantes da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social, e de oito para 12 o de representantes das entidades classistas. O conselho opinará sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão e analisará a programação desses veículos.

Também hoje, o Senado realiza turno suplementar de votação do substitutivo do senador Roberto Freire (PPS-PE) a projeto da Câmara estabelecendo que pichação de muros e de fachadas é contra-

## Senado vota mudança no Conselho de Comunicação

venção penal. O projeto prevê a aplicação de multa e prestação de serviços à comunidade para pessoas que forem apanhadas pichando. O plenário apreciará, ainda, dois requerimentos para inclusão, na pauta, de dois projetos do senador Freitas Neto (PFL-PI): o que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba e o que cria área de livre comércio nos municípios piauienses de Parnaíba e de

Luís Correia.

Amanhã, o Senado vota, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio da atividade de resseguro. Também serão votados concessões de rádio e TV e nomes para o TST, STJ e embaixadas.



Coutinho Jorge

Na pauta desta quinta-feira, está prevista a discussão de substitutivo da Câmara ao projeto de lei do então senador

Marco Maciel que trata do exercício da profissão de técnico em turismo. Também deverão ser discutidos o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a transferência de oficiais na Marinha, o projeto de lei do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que cria área de livre comércio no município paraibano de Cabedelo e duas proposições do senador Júlio Campos (PFL-MT): a que estende o direito à participação em atividades de estágio e a que regulamenta o uso da língua portuguesa para denominações de estabelecimentos, produtos e manuais de instrução e de qualquer outra modalidade de informação.

# Comissões têm pauta cheia esta semana

*Preenchimento de cargos no BC, abertura do setor de saúde a empresas estrangeiras e novo código de trânsito estão entre os temas a serem examinados pelos senadores*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) reúne-se hoje, a partir das 10h, para examinar diversos projetos, entre os quais o que dispõe sobre prestação de informações e execução da política monetária pelo Banco Central, e o que define a forma de preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do BC, conforme propostas dos senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da comissão, e Valmir Campelo (PTB-DF). Mais oito projetos constam da pauta.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), na reunião de amanhã, deverá apreciar duas propostas de emendas à Constituição. Uma, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), que libera a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, e outra, de iniciativa do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que revoga artigo que limita as taxas de juros reais

em 12% ao ano. Na pauta, consta ainda o projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado.

## CRIANÇAS

Sob a presidência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), a CPI destinada a investigar o trabalho de crianças e adolescentes no País deverá realizar sua primeira reunião amanhã, para definir o roteiro de atividades.

Já a Comissão de Assuntos Sociais, em reunião prevista para quinta-feira, deverá examinar projeto que dispõe sobre a dedução de

gastos com trabalhadores domésticos na declaração anual de rendimentos da pessoa física, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). Também deverá ser discutido projeto de lei do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) que regulamenta a participação dos trabalhadores na gestão das empresas.

A comissão especial que examina o projeto de Código de Trânsito Brasileiro, presidida pelo senador Francellino Pereira (PFL-MG), reúne-se a partir das 9h desta quinta-feira (dia 13) para votar o seu relatório final.



Edison Lobão

## Lobão recebe auditor-geral da Argentina

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Edison Lobão (PFL-MA), recebe hoje, às 10h30, no Salão Nobre da Casa, a visita de Enrique Paixão, presidente da Auditoria Geral da Argentina, que corresponde ao Tribunal de Contas da União.

Enrique Paixão, que será acompanhado pelo presidente do TCU, ministro Marcos Vilela, deseja conhecer os métodos de controle e fiscalização utilizados na administração pública brasileira, buscando processos de unificação de procedimentos.

## ACM recepciona delegação do PC chinês

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebe hoje a delegação do Partido Comunista da China, chefiada por Xie Fei, membro do Politburo do Comitê Central e da Assembléia Popular Nacional. A recepção será às 11h na Sala de Autoridades da Presidência do Senado.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \* Substitutivo do Senado ao PLC nº 104/92, que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado; e \* Substitutivo do Senado ao PLC nº 232/93, que inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389/91, que institui o Conselho de Comunicação Social.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, não terminativas, destacando-se: \* PLC nº 123/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; \* PLS nº 229/95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; \* PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \* PLS nº 99/95 - Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; \* PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; \* PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; e \* PLS nº 198/95 (terminativo), que proíbe o uso de subs-

tâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

O senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, recebe Enrique Paixão, presidente da Auditoria Geral da Argentina, juntamente com o ministro Marcos Vilela, presidente do TCU. Salão Nobre do Senado.

#### 11h - Comissão de Relações Exteriores

O senador Antonio Carlos Magalhães, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebe a delegação do Partido Comunista da China, chefiada pelo sr. Xie Fei, membro do Politburo do Comitê Central do Partido Comunista da China e membro da Assembléia Popular Nacional. Sala de Autoridades da Presidência.

#### 15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.463/95, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

#### 15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Plenário II da Câmara dos Deputados.

## Palmeira defende ampla reforma fiscal e tributária



Palmeira

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu uma "profunda e ampla" reforma fiscal e tributária, ao comentar artigo

do jornalista Fernando Rodrigues, publicado recentemente na *Folha de S. Paulo*.

Guilherme Palmeira disse que o sistema federativo brasileiro "não impede que tenhamos um só e único Código Tributário que, adotado consensualmente, facilite a vida das empresas, diminua o "custo Brasil", permita aumentar a competitividade econômica e torne menos oneroso o sistema de lançamento, arrecadação e cobrança de tributos como em tantos outros países".

## Maldaner quer rever política de juros altos



Maldaner

O êxito da política de estabilização já permite que a equipe econômica revise os seus pontos mais polêmicos, dos quais

a prática de juros excessivos é a que se revela mais incompatível com a nova realidade econômica do País. A opinião é do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem, se é impossível uma redução súbita das taxas de juros, não há "por que mantê-las altas indefinidamente".

Maldaner afirmou que muitos empresários já não suportam mais o custo financeiro de suas atividades e, frente à ameaça de falência, desempregam. Isso tem acontecido principalmente nas pequenas e médias empresas, que contratam o maior contingente de mão-de-obra, disse.

# Valmir pede solução para os idosos de clínica no Rio

*Senador defende com urgência política adequada para doentes da terceira idade hoje submetidos ao "padrão Santa Genoveva"*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem ao governo federal uma solução definitiva para o caso da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, na qual mais de 80 velhinhos morreram em consequência de diarreia e outras complicações de saúde, em razão das más condições da clínica.

- Desnecessário se faz dizer que a saúde pública no Brasil se encontra inteiramente mergulhada no caos, mas a que ponto chegamos! Temos obri-



Valmir Campelo

gação moral de dar um basta a esta triste realidade que o nosso país enfrenta - disse.

Valmir Campelo disse que sua consciência política o leva "a enviar, a partir da constatação de que mergulhamos no

fundo do poço, todos os esforços no sentido de encontrar soluções efetivas para o problema de nossos velhos". Para o senador, é preciso a definição imediata de uma política para os idosos, eficaz e adequada.

O senador acrescentou que aos doentes chamados crônicos e terminais só resta a alternativa de tratamento em clínicas "padrão Santa Genoveva", uma vez que a maioria e suas famílias não dispõem de meios financeiros para o sustento do paciente em sua residência.

## Requião volta a cobrar abertura de ponte no PR

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) voltou a criticar ontem a demora do governo federal em abrir a ponte entre Capanema, no Paraná, e Andresito, na Argentina, por ele construída quando governador do estado e que há dois anos aguarda um decreto do presidente da República para entrar em funcionamento. Requião anunciou que co-



Roberto Requião

brará diariamente a abertura da ponte, até que a Casa Civil da Presidência e o Ministério da Fazenda "parem com essa ridícula brincadeira de meninos e propiciem a assinatura do decreto".

Conforme Requião, os dois órgãos até agora não entraram em entendimento sobre os cargos necessários ao funcionamento do complexo aduaneiro construído junto com a ponte, o que, na sua opinião, "ilustra o absoluto descaso do governo federal com as ações da administração pública".

## Projeto regula uso de capuz

O senador Odacir Soares (PFL-RO) apresentou projeto de lei determinando que a utilização de capuz por policiais civis ou militares somente será permitida em operações especiais previamente autorizadas. Reiterando que a utilização de capuz decorre da necessidade que têm os agentes de preservarem suas identida-



Odacir Soares

des quando enfrentam organizações criminosas capazes de retaliação, o parlamentar alertou contudo para o fato de que os policiais sob disfarces "pode-

riam agir contrariamente às normas disciplinares, policiais e da própria justiça". A restrição abrange, além do capuz, máscaras, pinturas e outros meios de disfarce.

## Sarney condena uso excessivo de medida provisória

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a limitação do poder de edição de medidas provisórias pelo Executivo com a adoção de sistema semelhante ao introduzido pela Constituição de 1946, pelo qual seriam objeto de MPs somente matérias urgentes, de caráter econômico ou financeiro, e as referentes ao manejo da máquina administrativa.

Sarney reconheceu a necessidade de o Executivo dispor de instrumento ágil para legislar sobre esses assuntos, mas não admite que o governo exceda-se no emprego das MPs.

Segundo ele, a democracia e o equilíbrio dos três poderes estão "capengas" com o abuso na edição das medidas, que são um instrumento próprio do parlamentarismo. "O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tem consciência do problema, e sabe que temos que encontrar uma solução negociada entre Executivo e Legislativo", afirmou Sarney.

# Hollanda aponta crescimento econômico em PE

Senador transmite pleito do empresariado pernambucano para que haja maior articulação entre o governo estadual e a sociedade civil, relação considerada hoje insatisfatória

## Cabral: "não tive despesas pagas por PC"



Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repeliu ontem "da forma mais veemente" a inserção de seu nome no relatório da Polícia

Federal sobre as investigações das denúncias contra PC Farias. Conforme notícia publicada no dia 7 pelo *Correio Braziliense*, sob o título "PC ajudado muita gente", o relatório da PF afirma que ex-ministros do governo Collor tiveram despesas pagas por Paulo César Farias.

- Em nenhum instante tive despesas pessoais pagas pelo dr. Paulo César Farias, ou por quem quer que seja, do Governo Collor ou de qualquer outro que tenha passado neste País. Jamais frequentei o comitê político do então candidato Fernando Collor, não tendo, conseqüentemente, qualquer relação de amizade com seus integrantes - afirmou o senador, acrescentando que, nos sete meses que passou no governo Collor, "ou antes, no Bolo de Noiva", não presenciou, não participou, não beneficiou terceiros e nem se beneficiou de quaisquer medidas que pudessem representar vantagens pessoais.

A economia pernambucana fechou o ano passado em situação invejável, informou ontem o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), citando como exemplo o aumento das exportações do estado, da arrecadação do ICMS e da produção industrial. Apesar desse crescimento, segundo o senador, os empresários locais reivindicam, em ofício encaminhado ao governador de Pernambuco, uma maior articulação entre o poder estadual e a sociedade civil.

- Os empresários alegam que o nível de articulação tem sido insatisfatório, podendo com-



Hollanda

prometer ações concretas e inadiáveis que visam ao fortalecimento da economia. Nesse caso encontra-se o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), instituído em 22 de dezembro do ano passado - afirmou.

Joel de Hollanda disse que o programa ainda não foi regulamentado, o que, a seu ver, tem trazido desvantagens para o empresariado de Pernambuco na competição com os outros estados. Os empresários sugerem medidas que possibilitem nova fase nas relações entre a iniciativa privada e o poder público estadual.



Josaphat Marinho

## Josaphat Marinho apela em favor de servidores da UFBA

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) fez apelo ontem ao governo federal para que corrija procedimento do Ministério da Administração que determinou o não-pagamento, aos servidores da Universidade Federal da Bahia, de horas extras decididas judicialmente e de outras vantagens e proventos garantidos em lei.

Ele acrescentou que, de acordo com o reitor Luiz Felipe Serpa, os cortes ordenados pelo Ministério afetaram 930 servidores. Disse ter entrado em contato com o ministro Bresser Pereira, que o tranqüilizou com a informação de que a determinação tinha sido suspensa para reexame, em razão de dúvidas relativas à sua validade.

Josaphat disse que, apesar das afirmações do ministro, o órgão do governo que cuida da folha de pagamento se nega a atender pleito da universidade, "alegando que sentenças judiciais não são o bastante para a reposição do pagamento das horas extras cortadas".

## Nabor alerta para impasse na fronteira entre Acre e Rondônia

Os habitantes de Extrema e Califórnia suspenderam, na manhã de domingo, a interdição da BR-364 e dearam prazo de 15 dias para uma solução definitiva do litígio sobre se aquelas localidades pertencem ao Acre ou a Rondônia, disse ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), afirmando que o impasse, que se arrasta há dez anos entre os governos do Acre e de Rondônia, só será resolvido judicialmente, por decisão do STF.

A pendência está nas mãos do ministro Celso de Mello, mas não há perspectiva de pa-



Nabor

recer no prazo estipulado pelos 8 mil moradores das duas vilas, afirmou o senador. No âmbito dos estados envolvidos, a questão "também não vai ser resolvida tão cedo", disse. Enquanto isso, as duas vilas estão sem acesso a serviços públicos básicos fornecidos pelos estados, salientou Nabor Júnior.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal